

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Um Olhar Sensível E Reflexivo

Michelle Alcântara dos Santos¹
Felipe D'eangles de Souto²
Neuracy Souza de Araújo Souto³
Yngred Karoline Antunes⁴
Gisele Romildes Maçaneiro⁵
Bárbara Regina Pressotto Lolato⁶

Revista O Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.17665930
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.17665930)

¹Cientista Social e Pedagoga, com Especialização em Docência para o Ensino Superior, Professora da Rede Estadual de Alagoas, atualmente na Gestão da Escola Estadual Professor Sebastião da Hora.

E-mail: michelle_albr@hotmail.com

Lattes: <https://orcid.org/0009-0004-2096-4867>

²Licenciado em Matemática e especialista em Ensino da Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-CE; Licenciado em Educação Física pela UFRN, Licenciado em Informática pela Uniassevi-SC e Técnico em Suporte e Manutenção de informática pela EAJ-UFRN. Professor da rede estadual do Rio Grande do Norte.

E-mail: fdsouto@gmail.com

³Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE) e especializações em Educação Infantil (Universidade Castelo Branco - RJ); Psicopedagogia Clínica, Institucional e Educação Especial (FAVENI-ES); Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Unidoctum-MG). Atualmente, é professora com dupla atuação: Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi/RN: Professora de Educação Infantil. Rede Estadual de Ensino (RN): Professora de Educação Especial.

E-mail: neuracyspp@gmail.com

⁴Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-CE. Especialização na área da Educação a Distância pela Faculdade de Educação São Luís-SP e Educação Especial e Inclusiva Neuropsicopedagogia pela Faculdade Futura-SP. Licenciada em Letras-Português e Inglês pelo Centro Universitário Faveni-SP e Licenciada em Matemática pelo Centro Universitário ETEP -SP. Atualmente não está lecionando, mas pretende continuar seguindo sua profissão.

E-mail: yingred-antunes@hotmail.com

⁵Mestre em Educação, pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Professora da Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Florianópolis.

E-mail: gisele.macaneiro@prof.pmf.sc.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7530-2674>

⁶Graduada em Pedagogia, pós-graduada em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, mestranda do curso de mestrado em ciências da educação e ética cristã pela IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSIT. Atuando na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

E-mail: barbarareginapreessotto@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-83813558>





v.2, n.11, 2025 - Novembro

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Um Olhar
Sensível E Reflexivo**

Michelle Alcântara dos Santos, Felipe D'eangles de Souto, Neuracy Souza de Araújo Souto, Yngred Karoline Antunes, Gisele Romildes Maçaneiro e Bárbara Regina Pressotto Lolato



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O artigo aborda aspectos teóricos que norteiam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, com o objetivo de adentrar nos diferentes aspectos, processos e trajetória de implementação de atendimentos educacionais quanto elucidar o processo de inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no contexto educacional, analisando com sensibilidade a forma como a mesma vem sendo trabalhada. Este foi realizado através da revisão bibliográfica, estabelecendo e abordando pontos controversos, que vão desde as inovações propostas por políticas educacionais e práticas escolares até as relações entre inclusão e integração escolar. Desta forma os conceitos, ideais e valores contidos neste trabalho são um verdadeiro convite a uma reflexão sobre nossas práticas para que se tenha uma escola e uma sociedade inclusivas.

Palavras-chave: Atendimento; educacional, especializado, sensibilidade, reflexão.

ABSTRACT

The article addresses theoretical aspects that guide the Specialized Educational Service (SES) – AEE, with the aim of delving into the different aspects, processes, and implementation trajectory of educational services, as well as elucidating the inclusion process of people with special educational needs in the educational context, analyzing with sensitivity the way it has been worked on. This was conducted through a bibliographical review, establishing and discussing controversial points, ranging from the innovations proposed by educational policies and school practices to the relationships between school inclusion and integration.

Thus, the concepts, ideals, and values contained in this work are a true invitation to a reflection on our practices so that we may have an inclusive school and society.

Keyword: Service (ou Provision); Educational; Specialized; Sensitivity; Reflection.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar, através de pesquisa bibliográfica, uma reflexão sobre o atendimento educacional especializado de alunos com necessidades educativas especiais, pois a política inclusiva vem sendo implementada, desde 1993, tendo como referência documentos oficiais do MEC como Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994, e de encontros internacionais tais como Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990).

A educação inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e o especial, como também a organização de espaços segregados para alunos público-alvo da educação especial.

Este trabalho também procura, relacionar questões conceituais referentes ao Atendimento Educacional Especializado de maneira a elucidar de maneira generalizada, um histórico da educação especial, fazendo um elo com a legislação inclusiva que proporcionou a garantia de direitos sociais e, por fim, fortalecendo a inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional.

A política de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (MEC-SEESP, 2008), assegura

direito de toda criança o direito de toda criança frequentar a escola comum, esclarecendo ações que são de competência da educação especial, do ensino comum. De acordo com a conferência Mundial para todos na Tailândia, em 1990, na qual a ideia de inclusão estava lançada, com princípios de valorização dos indivíduos com necessidades especiais e seu reconhecimento na sociedade.

Para a realização da análise do referido tema empregado nesta exposição, foram feitos resgates de conteúdos de documentos legais nacionais, que explicam alguns eixos da política educacional com referenciais teóricos afins. Da legislação enfatizada em destaque temos a Constituição da República Federativa do Brasil (CF 88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 96). Tendo como principal foco destacar suas implicações para o atendimento especializado escolar. Visto que a proposta de atender alunos com necessidades educacionais especiais, implica atentar para mudanças no âmbito dos sistemas de ensino, da prática docente em suas diferentes dimensões. Neste sentido, alguns autores afirmam que:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam.

Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas

diferenças e atendendo suas necessidades (GLAD E NOGUEIRA, 2002, p.26).

Assim estas considerações favorecem para melhor destacar os pressupostos que embasam a inclusão escolar, a qual deve ser caracterizada como um processo repleto de desafios e barreiras. Mas que podem ser vencidas diariamente com esforço e uma ajuda mútua de todo envolvidos na educação.

2. PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Seguindo tendência europeia, os primeiros serviços de educação especial foram criados para os deficientes sensoriais, como os cegos e surdos.

Posteriormente, foram contemplados os deficientes físicos e os intelectuais que, durante muito tempo, foram mantidos em manicômios e asilos. O atendimento educacional às populações especiais passa a ser expressivo no final do século XVIII e início do XIX, o imperador D. Pedro II funda dois importantes institutos para o atendimento de deficientes sensoriais alcinhado Imperial Instituto para Meninos Cegos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant (IBC), foi inaugurado em 1854, no Rio de Janeiro. Três anos depois, nessa mesma cidade, sob influência de Ernest Huet, é fundado o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional dos Surdos (INES).

Os movimentos sociais pelos direitos humanos desencadeados após a II Grande Guerra formaram o alicerce para o paradigma da integração, que visava o acesso da pessoa com deficiência na escola regular. Esse modelo perpetuou até a década de 1990, quando o paradigma da Inclusão é instaurado no Brasil e no mundo. A Educação no contexto do Brasil colonial era um privilégio de um limitado segmento da nobreza.

Por sua vez, a sociedade do século XX procurou sanar as suas próprias deficiências sociais, buscando tratamento e assistência à pessoa portadora de deficiência, sendo que estudos a respeito passaram do campo teológico, depois do metafísico e do científico para ser objeto de estudo interdisciplinar de interesse das áreas médica, social, psicológica, pedagógica, econômica e política.

Poucas instituições especiais parecem ter surgido no período colonial para atender às deficiências mais "visíveis". Merece destaque uma instituição religiosa destinada ao tratamento de deficientes físicos, alocada em São Paulo, em 1600 (JANUZZI, 2004).

A questão da deficiência ganhava notoriedade na medida em que as escolas começam a receber um contingente maior e mais heterogêneo de educandos, a partir da década de 1950. "Em 1935 2.413.592 alunos estavam matriculados no ensino fundamental. Vinte anos depois, em 1955, esse número chegara a 4.545.630 (RIBEIRO, 2000 *apud* JANUZZI, 2004).

Com a heterogeneidade dos estudantes que adentravam as instituições de ensino, aumentava-se,

também, o fracasso escolar de muitos, incluindo os deficientes. Na década de 1960 esses movimentos alertavam a sociedade sobre os efeitos prejudiciais da segregação e marginalização das minorias.

A migração de educandos com deficiência de escolas especiais para escolas regulares não era viabilizada, considerando o próprio modelo paralelo de ensino. No entanto atualmente no Brasil, o modelo adotado pelas políticas públicas é o da educação inclusiva ou inclusão. Isso é expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (Lei nº 9.394/96), que enaltece o papel da escola regular e atribui à Educação Especial uma função complementar.

No novo cenário, a Educação Especial passa a configurar-se como uma modalidade de educação escolar que perpassa todos os níveis e etapas do ensino. A Educação Especial, portanto, deve ser ofertada aos alunos com deficiência em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, desde a educação infantil.

2.1 O Paradigma da segregação x da Integração e a inclusão

As mudanças na educação brasileira ao longo dos anos foram notórias principalmente ao que se refere a educação especial, sendo levado sempre em consideração a defesa da educação escolar para todos como um princípio. Para Sousa e Pietro (2002, p.123), "tem-se previsto o especial na educação referindo-se à condição que possam ser necessárias a alguns alunos para que se viabilize o cumprimento do direito de todos à educação."

É mister salientar que estas mudanças não foram fáceis, pois foram ultrapassadas diferentes etapas dentre elas a da segregação, integração e até mesmo exclusão para então chegar à fase da inclusão. Sendo possível observar semelhanças caracterizadas por segregação e exclusão do portador de deficiência. em diversas sociedades.

De acordo com Pessotti (1984, p.187):

"frequentemente na história dos povos, o medo do desconhecido tem gerado ansiedades cuja amenização é buscada na eliminação das fontes de incerteza (...). Os demônios eram expulsos com os açoites ou a fogueira. Agora que o perigo está no próprio deficiente é ele que se deve expulsar".

Pode-se compreender, através da citação de Pessotti, que as pessoas portadoras de deficiência foram expostas a julgamentos de cunho religioso, que colocavam o homem como imagem e semelhança de Deus, relevando a ideia de perfeição física e mental para a condição humana e negligenciando completamente, a condição da deficiência.

Os médicos, principais responsáveis pela identificação e "tratamento" desses indivíduos, começaram a perceber a importância da pedagogia no início do século XX. Essa perspectiva é revelada pela criação de instituições escolares ligadas a hospitais

psiquiátricos. Como exemplo, temos a oferta de serviços.

Pedagógicos para crianças com deficiência intelectual, no Hospício da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1905 e, no Hospício de Juqueri, em São Paulo, por volta de 1920. Esses serviços eram coordenados por médicos, tendo como auxiliares, os pedagogos. Supõe-se que o destino de muitos tenha sido os hospitais psiquiátricos e outras instituições segregadoras.

No Brasil, o paradigma da integração é, inicialmente, refletido nas Leis de Diretrizes e Bases da década de 1960 e, posteriormente, na Constituição Federal de 1988. No art. 88 da LDB 1961 (4.024/1961), por exemplo, consta que “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

A Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como um direito de todos e garantiu o atendimento educacional especializado aos “portadores de deficiência”. Conforme expresso no artigo 208, esses educandos deveriam estudar preferencialmente” na rede regular de ensino.

Vale destacar o termo preferencialmente” empregado no documento que, claramente, não significa exclusivamente ou obrigatoriamente. Essa perspectiva é refletida na Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994, na qual é salientado que devem ter acesso às classes comuns do ensino regular os educandos que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19)

As políticas de integração, embora realçassem que os educandos deveriam, “preferencialmente”, estar alocados em classes regulares, findaram por aplicar, quase que permanentemente, a exclusão. Como afirma Mendes, 2006, p.37 “nesse cenário, mais crianças passaram a ser excluídas do que integradas”.

Sob a influência do paradigma da inclusão, os alunos, antes referidos como excepcionais ou portadores de deficiência passaram a ser chamados de educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). De acordo com a resolução CNE/CEB nº. 02/2001, esses indivíduos incluíam aqueles que, durante o processo educacional, apresentassem:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (CNE/CEB/MEC, Resolução nº 2/2001, art. 5.º).

Podemos observar, nessa perspectiva, uma ampliação no leque de características comportamentais previamente consideradas críticas e propensas ao fracasso escolar, como os distúrbios de aprendizagem (dislexia, discalculia), os transtornos de déficit de atenção/hiperatividade, as doenças mentais (psicoses, esquizofrenia), dentre outros quadros.

Nesse contexto, considerado o mais relevante marco na propagação da filosofia da Educação Inclusiva, as escolas regulares passariam a:

[...] acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagens ou marginalizados (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Em linhas gerais, a escola regular, de acordo com a Declaração de Salamanca, seria um espaço capaz de combater atitudes discriminatórias, criando um ambiente acolhedor para todas as crianças, inclusive as que apresentavam deficiências.

2.2 O Atendimento Educacional Especializado e suas especificidades

A escola vem sofrendo pressão para acompanhar os novos tempos e lidar melhor com a diversidade do público que vem atendendo. Diante deste contexto deve-se sempre buscar mecanismos que tentarão resolver as necessidades de inclusão para o espaço escolar, de maneira que todos sejam respeitados em suas individualidades.

Fato bastante exemplificado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a condição da escola inclusiva é apresentada como sendo imperiosa necessidade de universalizar a escolaridade básica dos indivíduos:

O princípio fundamental de escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...).

Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva(...). (UNESCO, 1990, p. 5).

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças.

Temos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um desses mecanismos de aprimoramento dessa prática. Pois ele tem como objetivo dar apoio complementar à formação dos alunos que apresentam deficiência física, intelectual e sensorial, como também a alunos com transtornos gerais de desenvolvimento e com altas habilidades.

Este atendimento privilegia o desenvolvimento dos alunos e a superação dos limites intelectuais, motores ou sensoriais. O AEE. Trata-se de serviços que visam identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ressalta-se que as atividades desenvolvidas no AEE se diferenciam daquelas realizadas na sala regular e não podem substituir a escolarização.

Por isso, o ele é ofertado em turno inverso ao da escola. Ou seja, se a criança estuda pela manhã, deverá receber o atendimento à tarde e vice-versa.

Para ser contemplado com esses serviços, o aluno deve estar matriculado na sala de aula comum ou em centros especializados que realizem o atendimento educacional.

Conforme argumentam Glat e Blanco (2007): “as necessidades educacionais especiais são construídas socialmente, no ambiente de aprendizagem, não sendo, portanto, consequências inevitáveis da deficiência ou do quadro orgânico apresentado pelo indivíduo” (GLAT; BLANCO, 2007, p. 28, grifo nosso).

Além disso, o atendimento deve, de acordo com a legislação ser realizado prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais, também chamada de SRM. que são espaços organizados com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos que apresentam deficiências, transtornos ou altas habilidades. Esses recursos incluem materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (livros, desenhos, mapas, gráficos e jogos táteis, em libras, em braile, em caráter ampliado, com contraste visual, imagéticos, digitais, entre outros); Tecnologias de informação e de comunicação (TICS) acessíveis (mouses e acionadores, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, linha braile, entre outros); e recursos ópticos; pranchas de CAA, engrossadores de lápis, ponteira de cabeça, plano inclinado, tesouras acessíveis, quadro magnético com letras imantadas, entre outros.

Neste sentido podemos perceber que o AEE representa um conjunto de esforços no sentido de romper barreiras e limitações historicamente

construídas para o exercício da cidadania, concretizando uma educação democrática, que tem como princípio a promoção e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

CONCLUSÃO

Uma das possíveis constatações que se pode fazer neste momento de reflexão sobre o Atendimento Educacional Especializado é que se tem uma tarefa ainda bastante complexa, mas que devem se identificar algumas prioridades para que se possa desenvolver um trabalho coerente com as verdadeiras necessidades para que a inclusão escolar não acabe sendo traduzida como mero ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns.

Haja visto que o processo de inclusão caminha por uma nova ordem de pensamento e ação, longe de obter respostas imediatas para a problemática.

Acarretando uma apenas uma variedade de perspectivas e desafios para a efetiva implementação dessa nova modalidade de ensino.

Nesse sentido, devem ser criados nas escolas ambientes acolhedores com ações que devem ser fortalecidas e regulamentadas no projeto político pedagógico de cada instituição de ensino, de forma que as características individuais de cada cidadão sejam respeitadas, acreditando-se, que todos são capazes de aprender, desde que estimulem as possibilidades, estabeleçam estratégias na elaboração de práticas escolares e se reconsidere que a influência da redução de expectativas pode ser suficiente para determinar o insucesso escolar.

Desta forma, esses espaços de educacionais em especial as salas de atendimento educacional especializado devem promover relações recíprocas e dialéticas, eliminando estigmas, rótulos e etiquetas que classificam comportamentos. Trabalhando as reais necessidades de sua clientela e realizar mediações no processo de aprendizagem com atividades desafiadoras, que estabeleçam conflitos interiores e promovam a verdadeira inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. BRASIL.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.068 de 13 julho de 1990.(ementa). Diário Oficial da União de 13 de julho de 1990.

Boletim da Federação Nacional das APAEs. InformAPAE. ANO VII. Fevereiro e Abril de 2001.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

Federação Nacional das APAEs. APAE Educadora: a escola que buscamos. Brasília: fevereiro, 2001.

FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1993.

FONSECA, Vitor da. Educação Especial: Programa de intervenção precoce. Porto Alegre: Cortez, 1996. INTEGRAÇÃO. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, julho/agosto de 1989.